

A história e professores

JOAQUIM MESQUITA

20 AGO 1994

Felipe da Macedônia foi um dos mais importantes chefes da antigüidade. Reinou no século IV antes de Cristo, e tinha grandes planos para seu filho Alexandre. Tratou de cuidar de sua educação. Como não existiam escolas, contratou Aristóteles para ensinar a Alexandre.

Aristóteles nascera na Macedônia, mas vivia na vizinha Grécia, onde estudou com Platão. Entraria na história como o principal filósofo da antigüidade. Era certamente o melhor professor disponível no mundo. Voltou à terra de origem porque Felipe lhe ofereceu boa remuneração e todas as facilidades para ensinar ao jovem Alexandre.

O aluno correspondeu ao mestre. Desenvolveu o raciocínio. Adquiriu clareza na definição de soluções para problemas. Sua criatividade, determinação e inteligência se tornaram lendárias. Transformou-se em Alexandre, o Grande — o mais bem-sucedido líder antes de César.

Alexandre com certeza não conquistou o mundo por ter sido discípulo de Aristóteles. Mas teria tido o mesmo sucesso sem as lições do mestre que o ensinou a pensar?

A história de Felipe, Aristóteles e Alexandre me ocorre quando penso no problema da educação no Brasil. Ironicamente, não soubemos até agora aprender a lição: o ensino é chave do sucesso de uma nação, e a qualidade do professor faz o aluno. Bons professores garantem ensino qualificado, que produz povo preparado, que resulta em nação próspera, igualdade de oportunidades, emprego, desenvolvimento equilibrado, distribuição de renda, justiça social, segurança.

Até hoje não damos valor a esta verdade, tão óbvia que Felipe a percebeu há 2400 anos. Naquela época primitiva, o rei era o "soberano": in-

corporava a soberania da nação. A continuidade da nação dependia do herdeiro do soberano. Por isso, os grandes líderes, como Felipe, se preocupavam em assegurar os melhores professores para seus herdeiros. Era a principal garantia de que seus sucessores estariam qualificados para dirigir a nação.

Hoje, o soberano é o povo. Está no artigo primeiro da Constituição: "Todo o poder emana do povo, que o exerce por meio de representantes eleitos ou diretamente, nos termos desta Constituição". O povo quer e exige que seus filhos — os herdeiros do soberano — tenham não apenas bons professores, mas os melhores! Assim como Felipe ofereceu a seu filho o máximo em matéria de educação, também o Governo tem a obrigação de oferecer a toda a população os mestres mais qualificados existentes.

Cabe aos representantes do povo, que em seu nome exercem o poder, adotar medidas para garantir ensino de alto nível para todas as crianças e jovens da sociedade que os elegeu. E, para isso, é indispensável pagar aos professores salários compatíveis com o grau de conhecimento que eles devem possuir e a dedicação que devem oferecer, para proporcionar educação adequada à nossa juventude.

O Legislativo tem de dar atenção prioritária a esta questão. O mestre não pode ganhar menos do que o discípulo. Os recursos do Orçamento hoje investidos na educação precisam de parcimônia, pois é dinheiro do contribuinte. Como toda despesa pública, os gastos com educação requerem controle e fiscalização rigorosa, para evitar desperdícios e roubo. Mas, antes de mais nada, devem ser usados para remunerar bem os professores. Austeridade nos gastos, sim. Economia com salário dos professores, não!

■ Joaquim Mesquita é empresário